

RIO DE JANEIRO



COMERCIÁRIOS: ESTADO DE GREVE

CONTRA o reajuste abaixo da inflação, o trabalho intermitente e a redução da hora de almoço para meia hora, os comerciários aprovaram a autorização para a decretação de estado de greve, em assembleia na segunda-feira (9), na sede do sindicato da categoria, no Rio. Os trabalhadores decidiram por unanimidade após recusar a proposta patronal de reajuste salarial de 1,5% – menor que a inflação, hoje de 1,69%, segundo o INPC/IBGE. A categoria negocia um aumento de 8%, com data base em 1º de maio, para equiparar ao piso do comerciário regional no valor de R\$1.250. A presidenta interina do sindicato, Alexandra Nogueira, afirma que as condições impostas pelos patrões são inaceitáveis. “Um reajuste menor que a inflação e cláusulas desumanas, como o trabalho intermitente e a redução para apenas meia-hora de almoço não podem ser aprovadas pelos trabalhadores”, ressalta. Uma nova rodada de negociação acontecerá na próxima quinta-feira (12).

► MOVIMENTO SINDICAL

CORREIOS: ELEIÇÕES NO SINTECT-SP

ELEIÇÕES DIAS 10, 11 E 12 DE JULHO



Começou na terça (10) e vai até quinta-feira (12) a eleição para a nova diretoria do Sindicato dos Trabalhadores dos Correios de São Paulo (Sintect-SP), que tem em sua base 15 mil trabalhadores ecetistas. Favorita no pleito, a Chapa 3 - Resistência e Luta para

manter as conquistas, apoiada pela CTB e presidida por Elias Cesário Diviza, busca sua reeleição.

“Neste momento em que o fundo de pensão está sob intervenção e o plano de saúde sob ataque, a reeleição de uma chapa combativa como a Chapa 3 é muito importante. Garante a continuidade de um projeto e da luta”, diz o secretário de Formação da CTB, Ronaldo Leite, que é diretor da Findect e do Sintect-RJ. Em sua gestão, a diretoria do sindicato alcançou conquistas importantes como a garantia na Justiça do pagamento de diferenças salariais relativas ao Plano de Cargos, Carreiras e Salários - 95 (PCCS-95), redução do compartilhamento no vale refeição/alimentação, aumento do número de tickets e ampliação da licença-maternidade.

TOQUE DE CLASSE

Retrocessos
no Direito do
Trabalho

O presidente da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra), Guilherme Guimarães Feliciano, afirmou que a reforma trabalhista provoca o enfraquecimento dos sindicatos, principalmente pela asfixia financeira, e do Judiciário trabalhista, com a criação do controvertido conceito de "intervenção mínima" da Justiça no Direito do Trabalho e nas negociações coletivas.

Para exemplificar, o magistrado alertou, em audiência no Senado, que no primeiro trimestre deste ano houve uma queda de 45%, em relação a 2017, de novas ações ajuizadas pela Justiça do Trabalho. O magistrado acrescenta que o Ministério do Trabalho e Emprego contabilizou 74% a menos de negociações coletivas finalizadas, derrotando a tese central da reforma de prevalência do negociado sobre o legislado. Nos meios acadêmicos, jurídicos e sindicais não existe um consenso a respeito da organização sindical e seu financiamento, bem como sobre o papel da Justiça do Trabalho. Para além dessas controvérsias, a Anamatra considera que o fim da Contribuição Sindical compulsória, agora avalizada pelo STF, deveria ser precedida de um período de transição.

A eliminação abrupta da contribuição provocou uma queda de 80% das receitas das organizações sindicais no primeiro trimestre, conforme informa o Ministério do Trabalho. Essa diminuição violenta das receitas foi considerada pela Organização Internacional do Trabalho uma prática antissindical. Leia o artigo na íntegra no Portal CTB.

Nivaldo Santana
é secretário
de Relações
Internacionais da
CTB.



EM DEFESA DA AGRICULTURA FAMILIAR

Temer é amigo dos grandes empresários do agronegócio, mas comporta-se como um inimigo da agricultura familiar

PORTAL CTB

imprensa@portalctb.org.br

UMA audiência pública nesta quarta (11), na Câmara dos Deputados, vai reunir entidades para tentar barrar duas medidas provisórias do governo que prejudicam a agricultura familiar. A MP 839/2018, que promove um corte drástico no orçamento do setor, impactando nas políticas públicas destinadas à Agricultura Familiar; e a MP 842/2018, que dificulta a renegociação de dívidas de operações de crédito rural do Pronaf. A audiência contará com a participação

PARLAMENTAR: DIGA NÃO ÀS MPs 842 e 839/2018

**ELAS AFETAM A PRODUÇÃO DE ALIMENTOS
PELA AGRICULTURA FAMILIAR**



do vice-coordenador da Frente Parlamentar Mista da Agricultura Familiar (FPAF), deputado Assis do Couto, da senadora e membro da FPAF, Fátima Bezerra, do coordenador da Frente Parlamentar Mista da Previdência Rural, deputado Bohn Gass, e do presidente da Contag, Aristides Santos.

Serviço:

Evento: **Audiência Pública**
"Análise dos Impactos das Medidas Provisórias 839 e 842 para Agricultura Familiar"

Data: **11 de julho de 2018**

Horário: **17 horas**

Local: **Plenário 14 da Câmara dos Deputados – Brasília/DF**

O perfil do desemprego no país, segundo o Ipea



MULHER, negra e nordestina, com idade entre 18 e 24 anos - esse é o perfil majoritário do desemprego no Brasil, segundo estudo do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) com base nos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad Contínua) do IBGE e do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), relativos ao segundo trimestre de 2018.

O percentual de mulheres desempregadas ficou em 15%, enquanto o de homens, 11,6%. A pesquisa mostra que o índice de pessoas negras desempregadas ficou em 16% e o de brancos em 10,5%. Os estados que tiveram aumento do desemprego foram Piauí, Sergipe, Maranhão, Pernambuco e Rio de Janeiro. Aumentou o número de idosos trabalhando em 8% - e o percentual de trabalhadores de 25 a 39 anos cresceu 0,9%.

BANCÁRIOS NA
LUTA POR DIREITOS

A DIRETORIA do Sindicato dos Bancários de Sergipe (SEEB/SE), está visitando as agências bancárias para divulgar a nova campanha salarial unificada da categoria. Nesta quarta-feira (11), às 8h, o sindicato fará um ato em defesa da manutenção de direitos definidos pela Convenção Coletiva de Trabalho (CCT) e das conquistas previstas na antiga lei trabalhista. A manifestação será realizada no cruzamento dos calçadões João Pessoa e Laranjeiras. Desta vez há riscos de perdas de direitos consagrados nos últimos anos, segundo Ivânia Pereira, presidente do sindicato.